

INCENTIVO À NATALIDADE

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

Requerente: _____

Domicílio Fiscal: _____

Código Postal: _____ - _____ Freguesia: _____ Concelho: _____

BI/C. Cidadão: _____ Arquivo: _____ Validade: ____/____/____

NIF: _____ Profissão/Atividade: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____ Fax: _____

Correio Eletrónico: _____

Qualidade: Mãe Pai Outro: qual _____

Data de inscrição no Caderno Eleitoral: ____/____/____

I – IDENTIFICAÇÃO DO PAI

Nome do pai: _____

BI/C. Cidadão: _____ Arquivo: _____ Validade: ____/____/____

NIF: _____ Código do Serviço de Finanças: _____

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Freguesia: _____

II – IDENTIFICAÇÃO DA MÃE

Nome da mãe: _____

BI/C. Cidadão: _____ Arquivo: _____ Validade: ____/____/____

NIF: _____ Código do Serviço de Finanças: _____

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Freguesia: _____

III – OBJETO DO REQUERIMENTO

Vem requer a atribuição de incentivo à natalidade pelo nascimento do(a) filho(a) _____
_____, ocorrido em ____/____/____, com
domicílio fiscal na freguesia de _____, concelho de Terras de Bouro.

IV – COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

N.º	NOME	DATA NASC.	SEXO	GRAU DE PARENTESCO	NIF
1					
2					
3					
4					
5					
6					

V – TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declara, sob compromisso de honra que são verdadeiras as informações constantes deste requerimento e a autenticidade da informação constante dos documentos comprovativos que anexa, tem perfeito e integral conhecimento das obrigações e sanções a que fica sujeito(a) no caso de inexatidões ou prestação de falsas declarações, e que tomou conhecimento do Regulamento de Incentivo à Natalidade, publicado no Diário da República n.º 177 – 2ª série, de 13/09/2022, cuja cópia lhe foi entregue.

Para o efeito, anexa os seguintes elementos necessários para análise:

- Certidão de nascimento ou Cartão do Cidadão da criança;
- Cartão do Cidadão da progenitora e/ou do progenitor, ou de quem tem a guarda da criança;
- Documento comprovativo do domicílio fiscal do/a requerente no concelho de Terras de Bouro há mais de um ano, relativamente à data do nascimento que constitui o pressuposto do benefício;
- Documento comprovativo do domicílio fiscal da criança no concelho de Terras de Bouro;
- Certidão da Junta de Freguesia da área de residência do/a requerente, da qual conste a data de inscrição no respetivo caderno eleitoral da freguesia, assim como a residência exclusiva e efetiva há mais de um ano e, ainda, a composição do agregado familiar;
- Comprovativo do IBAN, em que o/a requerente seja titular;
- Certidões a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 5.º, nos casos aplicáveis.

Pede deferimento, Terras de Bouro, _____ de _____ de 20____ O/A requerente, _____ B./C.C _____ emitido/válido até ____/____/____ Arquivo _____ <small>(Dados a preencher pelo signatário, nos termos do Decreto – Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro)</small>	Reservado aos Serviços
	Registo n.º: _____ Data: ____/____/____ O/A Funcionário(a), _____

Informação de Recolha de Dados Pessoais

O Município de Terras de Bouro, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

- a) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
- b) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública.
- c) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas.
- d) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei.
- e) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos. O Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico dpo@cm-terrasdebouro.pt.
- f) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.